

1 Introdução

No Brasil, a história da nação e a história da Igreja se desenvolveram de um modo muito próximo. Isto significa que, de algum modo, desde o início da chegada dos europeus em 1500, se constata um encontro entre religião, relação de comunhão com Deus, e política, organização das relações de poder no âmbito da vida em sociedade. Existiu no Brasil uma íntima ligação entre a expansão da fé, sobretudo cristã, e a colonização europeia e a organização do Estado. A Igreja Católica Apostólica Romana só deixou de ser a religião oficial do Estado brasileiro com a Proclamação da República em 1890.

No passado recente, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, chamou muito a atenção dos Meios de Comunicação Social, sobretudo o processo de politização de alguns grupos da Igreja Católica como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nos últimos anos, ou seja, a partir da década de 1990, o que se nota, em primeiro plano, é uma forte incursão evangélica no setor político, com maior destaque no campo da política partidária.

Quando se olha para a realidade mundial como um todo, percebe-se que o mundo vive um momento histórico em que os grupos e líderes religiosos passam a ser mais cobrados e questionados por suas ações no campo social. O grande cenário mundial apresenta-nos o fenômeno do fortalecimento dos países islâmicos onde fé e organização social, liderança religiosa e liderança civil tendem a se encontrar. Em boa parte do Ocidente, com destaque para a Europa e os Estados Unidos da América, predomina a matiz secular das nações, mas não de modo tão tranqüilo como em tempos anteriores. Um exemplo mais evidente para esta afirmativa foi a proibição do uso de símbolos religiosos em alguns ambientes na França. No Brasil, Estado secular, como os grandes do Ocidente, basta recordar os debates dos últimos tempos em torno da legalização do uso de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa científica, para se ter um exemplo bem atual da conflituosa relação entre a visão religiosa cristã e a compreensão laica. Neste debate sobre o uso de células-tronco embrionárias, dois grandes grupos se

destacam. Um grupo que argumenta, utilizando fundamentos religiosos, sem abrir mão da ciência, e outro que se fundamenta, principalmente, sobre uma ética teleológica, utilizando também a ciência, mas querendo ainda desqualificar a atuação do primeiro grupo. Estes fatos e outros constituem problemas para a teologia hoje, e, em se tratando do Brasil, sobretudo para a teologia cristã católica. Ocorre que, diante disso tudo, vem o grande desafio: a teologia cristã católica precisa oferecer uma palavra sobre as novas questões seculares. Mas que tipo de palavra? Com certeza, uma palavra a partir do seu específico que é a reflexão sobre a fé em Deus Pai e Filho e Espírito Santo. Uma palavra que sirva para orientar sobre a relação entre religião e política, entre profissão de fé e prática social nos tempos atuais.

Por que se justifica a afirmação de que a teologia católica precisa emitir sua palavra sobre questões ligadas ao campo do social? Estas questões sociais, que consistem também em problemas teológicos, obrigam a teologia cristã em terras brasileiras, de modo especial, porque o Brasil nasceu sob os auspícios da fé cristã. Junto com os primeiros colonizadores, chegaram os missionários da Igreja Católica. Ou seja, o Brasil nasceu à sombra da cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, sob a qual foi celebrada, em Porto Seguro, na Bahia, a primeira missa no dia três de maio de 1500, logo depois que os europeus pisaram a nova terra. As cidades e os bairros rurais foram crescendo ao redor das igrejas. E mais: antes de ser iniciada a construção da cidade de Brasília, atual capital do Brasil, outra cruz foi plantada no local no dia três de maio de 1957, e diante dela celebrou-se uma missa, dando início a um novo momento da história da nação.

O Papa João Paulo II, em seu primeiro pronunciamento no Brasil, durante sua primeira visita em 1980, logo após ouvir a saudação do presidente da república João Batista Figueiredo, ainda no aeroporto de Brasília, recordou o seguinte: vossa história religiosa e vossa história como nação, “foi escrita por heróicos, dinâmicos e virtuosos missionários e continuada por dedicados servidores de Deus e dos homens (...). Todos deixaram sulcos profundos na alma e na civilização brasileiras” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.9). Deste modo, o Papa afirmava que no Brasil encontra-se “intimamente ligada à história da Pátria, a história da Igreja” (Ibid., p.9).

Já em sua primeira missa em solo brasileiro, interpretou que as duas cruzes, a de Porto Seguro e a de Brasília “proclamam que, muito mais do que no

chão, a cruz foi plantada na história deste país, no coração e na vida de seus habitantes. Elas nos dizem que no passado como no presente e no futuro do Brasil, a cruz de Cristo tem uma profunda significação” (Ibid., p.15). E o Papa ainda afirmou que a fé católica “está na raiz da formação do Brasil, especialmente de sua cultura. Pretender cancelar esta fé é esvaziar séculos de história” (Ibid., p.15-16); é condenar-se a desconhecer a razão profunda de determinados traços da personalidade religiosa dos brasileiros.

Diante das afirmações acima, e levando em conta a história recente da Pátria e da Igreja no Brasil, emergem algumas perguntas relevantes: qual é o fundamento do agir cristão no mundo? Qual é a relação entre religião e mundo, entre política e salvação? A Igreja tem direito e dever de se pronunciar diante das questões sociais? Em que se fundamenta tal direito-dever? É vazio um discurso religioso desprovido de um ideal político? Até que ponto pregações, discursos e documentos da Igreja Católica contribuem para a transformação político-social de um povo? A ação no campo social é parte integrante da missão evangelizadora da Igreja Católica Apostólica Romana? Em que os ensinamentos pontifícios têm ajudado os países católicos na luta em defesa da vida no campo social? As visitas, ainda recentes, dos Papas João Paulo II e Bento XVI ao Brasil têm oferecido alguma contribuição para a melhoria da sociedade brasileira? Quais foram os ensinamentos sociais do Papa João Paulo II em suas pregações, mensagens e discursos dirigidos às autoridades políticas e à Igreja no Brasil ao longo de seu pontificado? O que ficou para a sociedade brasileira da visita do Papa Bento XVI?

Em relação a estas questões, a presente pesquisa visa responder ao seguinte: quais foram os ensinamentos sociais do Papa João Paulo II em suas pregações, mensagens e discursos dirigidos às autoridades políticas e à Igreja no Brasil ao longo de seu pontificado? Em que se fundamenta a ação cristã na ordem temporal?

Pensando em dar uma resposta a estas perguntas específicas, o quadro geral desta pesquisa adentra no magistério social do Papa João Paulo II ao longo de seu pontificado. O caminho específico desta pesquisa situa-se, pois, nos limites dos pronunciamentos do Papa durante suas três visitas apostólicas ao Brasil em 1980, 1991 e 1997, e por ocasião de quatro visitas *ad limina apostolorum* dos bispos brasileiros a Roma, em 1985-1986, 1990, 1995-1996 e em 2002-2003, durante o pontificado de João Paulo II, e ainda trata de um discurso do Papa,

enquanto se dirigia à Argentina, ao fazer uma escala no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1982.

A hipótese desta pesquisa é a seguinte: nas homilias, discursos e mensagens dirigidos ao povo em geral, às autoridades políticas e aos Bispos do Brasil pelo Papa João Paulo II, ao longo de seu pontificado, encontram-se, de modo não sistemático, diversos elementos pertinentes ao Ensino Social da Igreja Católica Apostólica Romana. Estes vários elementos podem ser sistematizados depois de um estudo criterioso de todos os pronunciamentos do Papa ao Brasil. Esta sistematização ajudará a responder sobre a fundamentação do agir social cristão, segundo o pensamento deste Papa.

O objetivo geral deste trabalho é descobrir, descrever e sistematizar o magistério social do Papa João Paulo II em seus pronunciamentos públicos no Brasil, e aos bispos do Brasil em Roma, durante as visitas *ad limina*.

Os objetivos específicos consistem em contribuir para um maior conhecimento do magistério social do Papa João Paulo II; colaborar com o diálogo entre religião e mundo moderno, e entre fé cristã católica e vida em sociedade; aprofundar a compreensão sobre a história contemporânea da Igreja Católica no Brasil e sobre sua missão no campo do social; provocar os cristãos para que coloquem a fé em ação; e fazer, por fim, como desejava Dom Luciano Mendes de Almeida (In: João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1991, apresentação), gerar frutos de vida as sementes lançadas em nosso chão, sem esquecer as grandes linhas do magistério social de João Paulo II.

Isto faz sentido, pois a Igreja Católica Apostólica Romana ensina que Deus quer a salvação de todos os homens e mulheres. O maior fundamento para esta afirmação da Igreja encontra-se no fato de que Deus ofereceu “seu Filho único” (Cf. 1Jo 3,16) para salvar todos os homens e mulheres (Cf. 1Cor 6,20; 1 Pd 1,18-19). Esta salvação “se realiza na vida nova que espera os justos após a morte, mas abrange também este mundo (1Cor 7,31) nas realidades da economia e do trabalho, da sociedade e da política” (*Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, 1). Ou seja, a realidade social é importante, pois “Jesus veio trazer a salvação integral, que abrange o homem todo e todos os homens” (*Redemptoris Missio*, 11). Isso leva a entender porque a “Igreja não se cansa de anunciar o Evangelho que propicia salvação e autêntica liberdade, mesmo nas coisas temporais” (*Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, 2) e leva a descobrir que “o ensino e a

difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja” (Ibid., 7), sendo expressão do amor de Deus pelo mundo (Ibid., 3).

As afirmações acima ajudam a justificar este estudo e a compreender que o incentivo à participação do cristão nas alegrias e tristezas desse mundo (*Gaudium et Spes, 1*) é missão da Igreja Católica, para que se evite uma generalizada desafeição para com tudo o que se relaciona com a vida social, política e econômica (*Centesimus annus, 47*). Sobre os graus de participação cristã no mundo, existem ricas referências no Magistério Social da Igreja.

A instituição família tem um papel importante no campo social, visto que ela não pode ser apenas um objeto da ação política, mas pode e deve ser protagonista da chamada 'política familiar' e assumir um compromisso de transformar a sociedade (*Familiaris consortio, 44*).

O Estado tem a missão de defender o bem comum em todos os campos da atividade humana. Deve defender, por exemplo, por um lado, que, dentro de uma política trabalhista, os trabalhadores constituam o patrimônio de valor mais elevado da empresa (*Laborem exercens, 17*). Por outro lado, não pode esquecer que os empresários necessitam de estabilidade política para realizar investimentos em um país (*Centesimus annus, 35*).

Toda a Igreja é responsável pelo empenho pastoral de evangelização do social. Isto significa que nesta missão devem se empenhar os bispos, os sacerdotes, os religiosos, os consagrados e os fiéis leigos. Na ação pastoral do bispo, participa o presbítero. O sacerdote deve ensinar a doutrina social, promovendo, nos membros de sua comunidade, a consciência do direito e do dever de serem eles sujeitos ativos desta doutrina. Deve animar a ação pastoral no âmbito social, ocupando-se, de modo particular, da formação e do acompanhamento espiritual dos fiéis empenhados na vida social e política (*Compêndio Doutrina Social da Igreja, 11; 539*).

Os religiosos e os consagrados assumem, de acordo com seus carismas, sobretudo as tarefas de santificação pessoal, de caridade e de evangelização que a doutrina social da Igreja Católica suscita, isto é, testemunho, doação, ensinamento, catequese, formação (Ibid., 83; 540).

Os leigos assumem papel especial no campo social e político, pois, o estar e o agir no mundo constituem para os fiéis leigos uma realidade não só antropológica e sociológica, mas também teológica e eclesial (*Christifideles laici,*

15). Papel especial, também ocupam os fiéis leigos no exercício de encargos de responsabilidade nas instituições sociais e políticas, nos quais podem contribuir para a qualificação moral desses ambientes e exercerem o esforço de reflexão voltado para o discernimento dos atuais modelos de desenvolvimento econômico-social (*Sollicitudo rei socialis*, 36; 41).

Quando eleito pelo povo para um cargo político, o fiel cristão leigo é chamado a apreciar o sistema da democracia, assegurar a participação dos cidadãos, rejeitar os grupos ocultos de poder (*Centesimus annus*, 46). Em seu trabalho público, caso não consiga impedir um desrespeito político legal à vida humana, como é o caso da lei do aborto (*Evangelium vitae*, 73), cabe ao político fiel a Deus pensar em leis que diminuam suas conseqüências negativas.

Sobre as questões relativas à democracia e à missão da Igreja no campo social, o Magistério da Igreja afirma que num Estado de direito convém que um poder seja equilibrado por outros poderes e convém que a lei seja a soberana, e não a vontade arbitrária dos homens (*Centesimus annus*, 44). O Magistério mostra ainda que, dentre as deformações do sistema democrático, a corrupção política destaca-se como uma das mais graves (*Sollicitudo rei socialis*, 44). Ela trai os princípios morais e as normas da justiça social, interfere negativamente no funcionamento do Estado, introduz desconfiança em relação à política e aos seus representantes, enfraquece as instituições, instaurando o reinado do clientelismo e impedindo a realização do bem comum. A Igreja oferece um auxílio para a construção da comunidade humana, de modo especial, quando mostra o significado social do evangelho (*Redemptoris missio*, 11).

No contexto do Magistério Social da Igreja em seu conjunto, o tema de estudo desta pesquisa se limita ao pensamento do Papa João Paulo II, em seus pronunciamentos ao Brasil. Trazendo o debate sobre o Magistério Social da Igreja para dentro da realidade brasileira, e partindo do que já vimos acima ao tratar do problema específico deste estudo, limitaremos as reflexões introdutórias, a partir de agora, às palavras de João Paulo II dirigidas ao Brasil. Faremos esta escolha, conscientes que, como disse Kofi Annan, quando Secretário Geral da ONU, por ocasião do octagésimo aniversário do Papa, “para milhões de pessoas no mundo, o Papa João Paulo II tornou-se a voz mais poderosa de esperança e de justiça que jamais tenhamos ouvido” (Annan, 2000, p.47).

A Igreja Católica tem participado do processo de construção do Brasil e, assim, não é exagero afirmar, como já o fizemos com outras palavras acima, que o Cristianismo tem certa responsabilidade para com as riquezas e as misérias de nosso país, e que os problemas sociais brasileiros são também problemas teológicos. Além disso, enquanto problemas teológicos, eles recaem especialmente sobre a Igreja Católica Apostólica Romana.

A respeito da proximidade entre a história da Igreja Católica e a história da organização social brasileira, o Papa João Paulo II, por ocasião de sua primeira vinda ao Brasil, afirmou que o motivo de sua visita devia-se, antes de tudo, ao fato de que nosso país foi “nascido à sombra da cruz, batizado com o nome de Vera e Santa Cruz, e logo alimentado com a primeira eucaristia (...), tornou-se a nação que possui o maior número de católicos em toda a terra” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.8). Depois, apresentando o segundo motivo de sua visita, afirmou que o Brasil traz em si uma vocação particular no mundo contemporâneo e no concerto das nações. Em meio às ansiedades e incertezas e “aos sofrimentos e agruras do presente, poderá gestar-se um país que amanhã ofereça muito à grande solidariedade internacional” (Ibid., p.9). Nas entrelinhas da palavra do Papa, o Brasil se configura como um país em que a fé católica ocupou um lugar especial em sua história, podendo ajudar ainda de maneira significativa, para que ocorra uma melhoria em muitos aspectos da vida do povo brasileiro e da família humana.

Continuando nesta linha de reflexão, na primeira missa em solo brasileiro, o Papa afirmou que “a fé católica, não apenas em sua formulação abstrata, mas em sua concretização prática, nas normas que ela inspira e nas atividades que ela suscita, está na raiz da formação do Brasil” (Ibid., p.15). E deixou claro, quando discursava no Palácio do Planalto, sede do governo brasileiro, que suas visitas tinham um caráter apostólico e finalidades pastorais; “mas, com este cunho religioso, elas comportam também uma mensagem nítida sobre o homem, seus valores, sua dignidade e sua convivência social” (Ibid., p.21). Em São Paulo, falando aos trabalhadores, o Papa ensinou que “a Igreja como tal não pretende administrar a sociedade, nem ocupar o lugar dos legítimos órgãos de deliberação e de ação. Pretende apenas servir a todos aqueles que, em qualquer nível, assumem as responsabilidades do bem comum” (Ibid., p.110). Em outras palavras, o Papa reafirmava o que já havia ensinado durante a primeira missa em Brasília: que

todos os que estão a serviço da Igreja devem pautar “sua ação pastoral na consciência de que a missão da Igreja não se pode reduzir ao sócio-político” (Ibid., p.16). Ou seja, o agir cristão é o agir da fé; é a fé em ação. Embora seja uma ação neste mundo, o agir cristão abrange caracteres escatológicos, tanto no modo de definir o que fazer e o modo de fazer, quanto em suas finalidades.

Quando falou aos bispos, em Fortaleza no Ceará, na fase final de sua primeira visita, o Papa aprofundou temas ainda mais específicos e ensinou que a vocação de bispo proíbe “tudo quanto se pareça com partidarismos políticos, sujeição a tal ou qual ideologia ou sistema, mas não proíbe, antes convida a estar próximo de todos os homens, especialmente dos mais desvalidos e necessitados” (Ibid., p.252). A Igreja apenas reivindica como seu direito “a prática de uma pastoral social, não na linha de um projeto puramente temporal, mas como formação e orientação das consciências, por seus próprios meios específicos, para que a sociedade se torne mais justa” (Ibid., p.253). O Papa recordou que é função dos bispos preparar e propor o programa de pastoral social e realizá-lo na unidade. No Brasil existe a “perspectiva de (tal ação) dar muitos frutos, pois neste país a Igreja e o episcopado constituem uma verdadeira força social” (Ibid., p.253).

Como se pode ver, os pronunciamentos de João Paulo II são ricos de Ensino Social da Igreja. O aprofundamento de toda esta riqueza constitui, sem dúvida, uma tarefa relevante para uma pesquisa teológica, que visa compreender os fundamentos e as motivações da ação cristã na ordem temporal.

Assim, o objeto material desta pesquisa será o conjunto dos pronunciamentos do Papa João Paulo II ao Brasil. O objeto formal será o magistério social de João Paulo II, enquanto nos ajuda a compreender a ação dos fiéis no campo do mundo. Ou seja, nosso olhar sobre o objeto material se restringirá ao desejo de compreender o Ensino Social deste Papa, presente no conjunto de suas palavras, buscando encontrar caminhos para a sistematização e respostas para a ação.

Definido assim o objeto material da pesquisa, não se quer, de forma alguma, desprestigiar nem deixar esquecidas as três grandes encíclicas do magistério social do Papa João Paulo II, *Laborem exercens*, *Sollicitudo rei socialis* e *Centesimus annus*. Elas servirão de pano de fundo para a contextualização e de linhas gerais de compreensão para o conjunto da pesquisa. Isto se dará sem que seja reservado um espaço específico para tratar destas três

grandes encíclicas no esquema de trabalho. O motivo desta escolha deve-se, sobretudo, à delimitação do objeto material da pesquisa e ao respeito à amplitude dos ensinamentos sociais nelas contidos. Tratar de cada uma delas no corpo do texto, do modo como convém à pesquisa científica, não seria viável porque abriria muito o tema do debate. Ignorar, sem mais, o papel das mesmas ao tratar sobre o magistério social de João Paulo II, embora delimitando o acento nas palavras do Papa ao Brasil, também seria inviável para as exigências científicas.

Metodologicamente falando, trata-se de um estudo do magistério social de João Paulo II. O estudo consiste em ler e em observar, com atenção, os ensinamentos sociais do Papa presentes em seus pronunciamentos ao Brasil como um todo. Descrever todos os pontos de Doutrina Social da Igreja, apresentados pelo Papa, encontrados a partir da leitura. Sistematizar, numa grande síntese, os elementos fundamentais e os compromissos dos diversos atores eclesiais e civis envolvidos no magistério social de João Paulo II ao Brasil. Auxiliar para que o pensamento de um dos Papas mais conhecidos do povo brasileiro não seja esquecido e possa auxiliar na compreensão dos porquês, das formas, dos fundamentos e das responsabilidades do agir cristão e não cristão.

O que preocupa, desde o início, é a quantidade e variedade de textos e contextos assumidos para a análise. Fique claro, a esse respeito, que duas realidades desejadas se encontram neste trabalho: a realidade científica e a realidade pastoral. Busca-se, ao mesmo tempo, respeitar as normas científicas da pesquisa e apresentar, como resultado final, um produto que auxilie os grupos cristãos e não cristãos na organização, na fundamentação e na reflexão de suas práticas sociais. Ou seja, ao trabalhar com todos os pronunciamentos do Papa, corre-se o risco de deixar no esquecimento ou na penumbra alguns elementos significativos. Mas, convém assumir esse risco na tentativa de apresentar uma contribuição mais completa sobre a fundamentação do agir, a partir do magistério social de João Paulo II ao Brasil considerado em seu todo.

O resultado da pesquisa apresentar-se-á em três grandes capítulos bem unidos no que se refere ao conteúdo. O primeiro grande capítulo, segundo na estrutura deste trabalho, abrangerá o período que vai da primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil em 1980, até a segunda visita *ad limina* dos Bispos do Brasil a Roma no ano 1990. O segundo grande capítulo, terceiro na estrutura deste trabalho, compreenderá o período que vai da segunda visita do Papa ao Brasil em

1991, até a quarta e última visita *ad limina* dos Bispos do Brasil a Roma nos anos 2002-2003. O terceiro grande capítulo, quarto na estrutura deste trabalho, consistirá numa volta aos elementos descritos nos capítulos anteriores com objetivo de sistematizar o magistério social do Papa João Paulo II.

As subdivisões em capítulos seguem as pistas oferecidas por alguns fundamentos histórico-sociais e eclesiais, e pelos interesses teóricos que norteiam esta pesquisa.

No ambiente do segundo capítulo desta tese, do ano 1980 a 1990, pode-se dizer que tanto o cenário mundial quanto o cenário brasileiro, campos de pastoreio do Papa João Paulo II, passaram por grandes mudanças. No cenário mundial, chegou ao fim a chamada “guerra fria”, ocorreu a queda do muro de Berlim, símbolo máximo da separação entre o leste e o oeste da Europa e, com ele, em tese, também foi freada a expansão do sistema socialista. No Brasil, durante o mesmo período, acabou a era do regime militar, uma nova Constituição foi escrita, e em 1990, assumiu o poder de governo do Estado brasileiro o primeiro Presidente da República eleito com o voto direto dos cidadãos depois da ditadura militar. Pelo que se nota, no período que abrange esses primeiros onze anos, aproximadamente, de pontificado do Papa João Paulo II, ocorreram muitas das grandes transições histórico-sociais recentes.

No espaço temporal do terceiro capítulo, do ano 1991 ao início de 2003, as atenções, no ambiente interno da Igreja Católica, se voltaram para a comemoração da virada do milênio. O mundo eclesiástico católico foi convocado à celebração do jubileu 2000 e desafiado ao discernimento da necessidade e dos caminhos da Nova Evangelização no terceiro milênio. No Brasil, em 2002, chegou ao mais alto cargo do poder do governo da República um presidente vindo da tradição dos partidos políticos de esquerda e, assim, reacendeu-se o sonho de uma nova ordem social, política e econômica. Diante de tudo isso, pode ser intuído que esse segundo grande momento do pontificado do Papa João Paulo II em relação ao Brasil foi marcado por intensas atividades celebrativas e de nova evangelização e por um clima social mais ameno, apesar do episódio de 11 de setembro de 2001, queda das torres gêmeas, que figura entre os mais sombrios da história contemporânea.

O espaço do quarto capítulo, por sua vez, será estritamente teórico-prático, seguindo o interesse de sistematização. Aqui, todo o Magistério Social,

fragmentado ao longo das dezenas de pronunciamentos do Papa ao Brasil, ganhará sistematicidade. Para a sistematização, recorrer-se-á a uma estrutura organizada a partir de dois eixos e uma dimensão: os eixos cristológico e antropológico, e a dimensão sócio-transformadora. Em torno destes eixos e desta dimensão será sistematizado o conjunto do magistério social de João Paulo II ao Brasil. Serão inevitáveis algumas repetições de elementos já apresentados, isso porque o quarto capítulo tem por objetivo retomar o que foi descrito nos primeiros capítulos, com o intuito de reelaborar o conteúdo da reflexão Pontifícia, colocando-a numa moldura sistêmica de compreensão.

Quanto à divisão e subdivisão da apresentação do resultado da pesquisa, nos capítulos segundo e terceiro, para descrever os elementos do magistério social do Papa em seus pronunciamentos dirigidos ao Brasil, as subdivisões seguirão o critério das macrorregiões brasileiras Centro-Oeste, Sudeste, Sul, Nordeste e Norte. Isso porque, caso se escolhesse subdividir os tópicos seguindo as datas dos discursos pontifícios haveria um excesso de subdivisões, o que prejudicaria o trabalho. No quarto capítulo, as subdivisões são frutos de uma reflexão e de uma interpretação para sistematizar os grandes pontos do ensino social de João Paulo II que emergem dos seus pronunciamentos descritos, em meio aos acenos históricos, nos dois capítulos anteriores.

Assim, os capítulos segundo e terceiro oferecerão uma abordagem descritiva, tanto do conteúdo dos pronunciamentos do Papa quanto do momento histórico-ecclesial de cada conjunto de pronunciamentos. O quarto capítulo diz respeito a uma sistematização dos conhecimentos trazidos à luz nos primeiros capítulos. Na sistematização aparecerão, organizadas, as linhas fundamentais do pensamento social do Papa. Trata-se de um Papa que se preocupa em definir a ação cristã no mundo como prática fundamentada e motivada pela fé em Cristo, nunca pelas ideologias sociais, políticas e econômicas. Fundada e motivada pela fé, a ação cristã apresenta peculiaridades tanto no que se refere aos atores sociais quanto no que diz respeito às maneiras de agir. A ação de cada ator liga-se à sua vocação e missão, ao seu chamado divino específico. O modo de proceder cada ação leva em conta princípios que, em última análise, têm raízes transcendentais.